

“Um Ajuste Justo”: as ordens do Banco Mundial de cortes de verbas e investimentos no ensino superior do Brasil.

Elen Miranda Barbosa
elen.miranda.barbosa@gmail.com

Estéfane Oliveira de Moraes
estefanemoraescs@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Eixo III

Resumo: Este trabalho tem objetivo analisar as medidas do Governo Federal em relação às políticas públicas conciliando a horizontalidade das ordens externas do Banco Mundial para com a implantação dos cortes de investimentos e verbas no ensino superior da educação pública no Brasil. O objeto é o documento “Um Ajuste Justo” de autoria do Banco Mundial, que é uma análise de gastos públicos no Brasil e a partir dela comparar o conteúdo com o atual cenário político brasileiro.

Palavras-chaves: Banco Mundial, educação pública, ensino superior, Brasil.

Introdução

A educação de ensino superior pública não tem apenas um papel de formação profissional, mas também produz ciência necessária aos avanços da sociedade. Sua gratuidade se dá não pela não cobrança direta das instituições pelos serviços prestados, mas sim pelo dinheiro empregado, vindo dos impostos do povo e assim direcionando esse serviço em troca ao povo.

Para quem lida com a educação tendo em vista a formação humana dos indivíduos vivendo em contextos sociais determinados, é imprescindível que desenvolva a capacidade de descobrir as relações sociais reais implicadas em cada acontecimento, em cada situação real de sua vida e da sua profissão [...]. (LIBANEO, 2013)

O documento do Banco Mundial é uma análise de gastos no Brasil e tem em perspectivas fazer recomendações, esta já é uma antiga prática que tem de forma pública desde 1995 em *Prioridades e Estratégias para Educação*, em 2000 com *Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda, 2003 com As perspectivas e os pressupostos teóricos do Banco Mundial para a educação brasileira na atualidade*, relatório Relatório Nº 63731-BR titulado *Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Corporação financeira internacional Estratégia de Parceria de País para a República Federativa do Brasil Exercícios Fiscais 2012 a 2015*, e por mais atual “*Um Ajuste Justo: análise de eficiência e análise de gasto público no Brasil*” de 2017.

O Governo Federal sempre teve atentas as recomendações desde os anos 90 mais expressivos nas reformas educacionais, independentes de quem ocupava o cargo de presidência como por exemplo a PEC do Teto aprovada no governo Temer em que restringe os gastos públicos por 20 anos. O atual presidente, Jair Bolsonaro, através do ministro da educação Abraham Weintraub, não demonstrou diferente posição a não ser as aplicações mais rápidas e rígidas para com a educação brasileira, especialmente a do ensino superior público e gratuito.

Desenvolvimento

No item *Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública* apresentam tópicos curtos de apontamentos sobre pontos principais para a educação pública segundo o Banco Mundial, na maior parte sendo analisado por perspectiva do econômico. Ao tratar de ensino superior o documento apresenta informação que 1 (um) estudante em universidades públicas no Brasil custa de duas a três vezes mais que estudantes em universidades privadas, a grande maioria de brasileiros matriculados no ensino superior

estudam em universidades privadas, além destas mesmas apresentarem melhor custo eficiência do que as públicas. (Banco Mundial, 2017, 121-137.)

As políticas sociais brasileiras estão relacionadas diretamente às condições de vida em uma perspectiva econômica, político e social (PIANA, 2009). O Brasil por ser amplamente neoliberal tem uma tendência de influir nas políticas públicas pela disputa econômica de grandes empresas e vinculação de setores comerciais, industriais e etc. A medida do Ministério da Educação vem de encontro proporcionalmente o tempo que se tem minimamente para se implementar mudanças em larga escala, a princípio com o contingenciamento de verbas nas universidades públicas. O ministro da educação Abraham Weintraub anunciou que são obrigados a contingenciar o orçamento toda vez que a receita não corresponder às despesas planejadas e vai de encontro com a análise do Banco Mundial no documento *Um Ajuste Justo*. Sobre a educação pública indica-se sempre o gasto elevado por aluno principalmente nas universidades e institutos federais, e maior parte do orçamento federal vão para estas mesmas. No tópico 191 analisa o gasto com o ensino superior muito regressivo e depois de considerar bons resultados do ensino sugere que os estudantes paguem pela própria educação como justificativa, precedente já aberto em algumas universidades como a Universidade Federal de Rondônia com a RESOLUÇÃO Nº 74, DE 28 DE JUNHO DE 2019 em que estabelece cobrança de taxas por serviços .Desse modo, o contingenciamento abriu brechas para cobranças de serviços administrativos nas universidades e institutos federais, e ainda algumas instituições tendo em perspectiva a possível suspensão do calendário acadêmico por falta mínima de condições de funcionamento, como já ocorrido na UERJ com o cancelamento do semestre em 2017 após atrasos de salários, bolsas, inatividade do bandejão e condições precárias na estrutura da universidade. Em contrapartida os programas que injetam dinheiro público nas organizações privadas como ProUni, FIES permanecem ativos.

O tópico 171 diz que as despesas com ensino superior aumentaram rapidamente ao longo da última década não abordam os aspectos de valorização de produtos, serviços, desenvolvimento tecnológico, inflação e etc. É importante que se contextualizar o desenvolvimento que atinge diretamente nos processos ao que expressam essa mudança.

Para Guimarães (2013) a globalização, entendida principalmente como o fenômeno de formação de uma economia global, corresponde ao processo político, econômico e militar de expansão do capitalismo em busca de oportunidades de investimento nas quais recursos naturais e mão de obra mais baratos e mercados mais amplos permitam lucros maiores. Logo tal fenômeno propicia aos países neoliberais que se inseriram nesse processo com essa justificativa de acompanhamento de um processo mundial.

O conceito de responsabilidade social é amplamente usado mas tem uma grande propaganda dentro do setor econômico principalmente nos estudos empresariais. As perspectivas de responsabilidade social podem ser diversas, e dessa forma ao que compete as relações sociais e responsabilidade de Estado. Segundo Manzoli, expressões de efeito como “desinchação da máquina Estatal” apenas esconde a verdadeira face de um Estado que apoia veementemente o discurso da responsabilidade social não como base real e efetiva de uma ética empresarial, ou práticas de cidadania, mas sim como um processo de “desresponsabilização” do Estado para com a própria nação. O art. 6º da CF/88, que tratou dos direitos sociais, e encontra sua regulação a partir do artigo 205 que garante o direito à educação, dessa forma a educação superior se enquadra nesta aplicação. Com a medida de contingenciamento tem a tendência de reduzir a quantidade de alunos por uma forçada readequação de um orçamento menor para as instituições de ensino. Entende-se dessa forma que maior número de alunos estariam desalinhados ao direito à educação previsto, como direito e a aplicação desse direito através do Estado é responsabilidade social.

O documento do Banco Mundial ao tratar a educação exclusivamente como gastos e despesas, cita "Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas os gastos com o ensino superior são altamente regressivos." Em estudos diversos, frutos de pesquisas do próprio ensino superior apontam outras análises. Segundo Filho e Pessoa (2008), a educação continua sendo um investimento extremamente rentável em vista das elevadíssimas taxas observadas nas últimas décadas. A pesquisa e a extensão que são parte do desenvolvimento científico da educação superior pública, fóruns, redes e documentos oficiais do próprio governo federal,

como por exemplo o RENEX (Rede Nacional de Pesquisa) já esquematizaram e publicaram oficialmente os retornos da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão através dos investimentos a educação pública superior e técnica.

Considerações finais

As políticas neoliberais de privatização são o que desencadeiam uma série de reformas em países ditos subdesenvolvidos, de forma que no caso do Brasil se transite a interferência mínima do Estado na economia favorecendo principalmente as grandes empresas nacionais e estrangeiras.

A citação constante da educação privada como benéfica aos gastos do governo federal e aos programas que implantam dinheiro público na educação privada são o que evidenciam a vertente que deve se tomar o país, uma vez que, não só o Brasil mas vários países subdesenvolvidos dependentes de grandes potências e inclusive dependentes de boas relações com o Banco Mundial para que se tenham acesso capital de financiamentos e/ou empréstimos do mesmo. Sendo assim a compatibilidade de medidas no atual governo para com as conclusões das análises feita pelo Banco Mundial neste último documento produzido é de imensa proximidade e rapidez, várias medidas compatíveis a análise deste documento já estavam sendo implementadas nos governos anteriores mas no último tem se percebido grande urgência nas aplicações.

Reducir em educação superior quer dizer diminuir seu acesso, logo a captação de recursos externos prevista para novas adequações orçamentárias antecedência para privatização parcial ou completa do ensino público e gratuito, desmonta a qualidade expectativa de melhora das condições estruturais e qualitativas do ensino público superior gratuito e fortalece as empresas privadas no ramo de educação superior, diminuindo a qualidade a custo de superar concorrências e/ou monopolizando mercado em tal ramo.

Referências

- FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; PESSOA, Samuel. Retorno da Educação no Brasil. 2008. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto_19_09.pdf>
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 06 de julho. 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
- MANZOLI, Patrícia. Responsabilidade social do Estado para a responsabilidade social das empresas.
- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p. ISBN 978-85-7983-0389. Available from SciElo Books <http://books.scielo.org>.
- www.secons.unir.br/uploads/ato/SEI_99955229_1646454086.pdf . Acesso em 15 de julho. 2019.
- www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=1238. Acesso em 15 de julho. 2019.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.